

Crédito de carbono
As novidades
brasileiras e
internacionais nesse
promissor mercado.
Página 3

Prazo de validade no Rio de Janeiro
A campanha permanente pela
manutenção da infra-estrutura teve
seqüência, muito bem-sucedida, no
Rio de Janeiro.
Página 2

Os vencedores do 13º Prêmio Sinaenco

FOTOS: TRANSFOTO



Em votação pela internet, os associados e filiados do Sinaenco escolhem os vencedores da tradicional premiação, neste ano na sua 13ª edição. Os escolhidos foram o arquiteto **José Eduardo Tibiriçá**, como Personalidade da Arquitetura; **Norma Gebran Pereira**, como Personalidade da Engenharia Consultiva; Serviço Social do Comércio (Sesc), eleito Cliente da Arquitetura; e a Petrobras, escolhida Cliente da Engenharia Consultiva em 2006.

Página 8



Rumo à Paraíba

A Regional Pernambuco do Sinaenco busca expandir-se para os Estados vizinhos e realiza reuniões de trabalho em João Pessoa, com a participação de oito empresas do Estado da Paraíba.

Página 7

Crescer ou crescer: os dilemas do Brasil



EDUARDO KNAFF / FOLHA IMAGEM

Às vésperas de iniciar seu segundo mandato, o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva promete crescimento de 5% do PIB em 2007. Propostas como as apresentadas pela União Nacional da Construção ao ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, em novembro, representam caminhos viáveis para suprir as deficiências da infra-estrutura brasileira em setores vitais, como transportes, energia, saneamento, habitação de interesse social e mercado imobiliário, visando ao desenvolvimento sustentável economicamente e socialmente mais justo. Páginas 4, 5 e 6

Conjunto Nacional, obra exemplar da modernidade paulistana

LAURO ROCHA



Prosseguindo na série "Obras exemplares", inseridas na Campanha de Valorização do Projeto, apresentamos o Conjunto Nacional, um dos melhores exemplos de um complexo multiuso (comércio, lazer, cultura e unidades residenciais) de todo o país, de autoria do arquiteto Cláudio Libeskind.

Página 7



RODRIGO PRADA

■ **Estudo carioca** - No último dia 14 de novembro o **Sinaenco/RJ** apresentou seu estudo da campanha Prazo de Validade Vencido. Foram mostrados 14 exemplos de falta de manutenção. A imprensa carioca deu

ampla cobertura ao estudo (reportagens veiculadas nas tevês *Globo, SBT, Record, Band, TVE, Rede TV, Alerj*, nas rádios *CBN, Band News, Tupi* e nos jornais *O Globo, Jornal do Brasil, O Dia, Extra* e demais periódicos da baixada fluminense). As reportagens abordaram principalmente a questão dos problemas do canal do Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro. Este foi o sétimo capítulo da campanha, que já foi realizada em São Paulo, interior paulista, Recife, Salvador, Florianópolis, Fortaleza e Belo Horizonte. Na foto **Rodrigo Sigaud**, presidente do Sinaenco/RJ.

■ **Intercâmbio profissional** - O **Sinaenco/PE** acaba de renovar a parceria com a instituição alemã InWent, responsável pelo programa de intercâmbio ASA. Isto significa que o sindicato dará continuidade, em 2007, ao processo de seleção de profissionais de Pernambuco para estágios na Alemanha. Com o tema "Redução, Reutilização e Reciclagem – Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos", o novo projeto tem como objetivo o intercâmbio de experiências para a gestão de resíduos sólidos entre Pernambuco e a Baviera.

■ **O exemplo que vem de Minas** - O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, definiu a seu secretário de Obras Públicas, Paulo de Tarso Almeida Paiva, somente licitar obras com o projeto executivo finalizado e com orçamento definitivo. Para o presidente do **Sinaenco/MG**, Marco Aurélio Ludolf Gomes, ações como esta do governador mineiro deveriam ser uma regra nacional. "A decisão do governador significa um avanço na gestão de obras públicas. É um exemplo que mostra respeito no uso do dinheiro público."

■ **Reconhecimento** - O **Sinaenco/BA** foi convidado a participar da Junta Administrativa de Recursos e Infração (Jari). As Jari são órgãos colegiados, componentes do Sis-

tema Nacional de Trânsito e responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários. O Sinaenco/BA indicou os engenheiros Ariovaldo Gomes da Mota e o vice-presidente do Sinaenco, João Coelho da Costa, para o cargo. "É um reconhecimento do governo ao trabalho que o Sinaenco vem realizando na Bahia", diz Coelho.

■ **Pregão na mira** - Em artigo publicado recentemente no jornal *Gazeta Mercantil*, João Antonio del Nero, presidente do **Sinaenco/SP**, argumenta que a qualidade dos

projetos tende a diminuir no Estado de São Paulo com a implantação da contratação desses serviços por pregão. Para ler a íntegra do artigo acesse www.sinaenco.com.br

■ **Novo modelo para águas e esgoto** - O **Sinaenco/SC**, junto com mais dez entidades catarinenses, realizaram no início de dezembro o Fórum do Saneamento Ambiental Água e Esgoto, em Florianópolis. O evento, que contou com palestra do vice-presidente de Engenharia do Sinaenco, João Alberto Viol, apresentou proposta de novo modelo para o sistema de águas e esgotamento sanitário para a região da Grande Florianópolis.

■ **Obra de Arte premiada** - "Uma obra de arte". Foi assim que o presidente da Venezuela, Hugo Chavez, expressou com um conceito já conhecido pela engenharia, a beleza e a funcionalidade da obra de infraestrutura mais importante construída recentemente na América Latina e que atravessa o rio Orinoco, terceiro mais caudaloso do mundo. A ponte rododiferroviária tem como diferencial a imponência do projeto. Foi construída como uma ponte estaiada – suspensa por cabos de aço – em 3 km de extensão, com um vão central de 300 m de comprimento (veja foto à pag. 6). Realizada pelo consórcio projetista Figueiredo Ferraz e a venezuelana Lutsgarten y Asociados Ing. Consultores, a obra foi contratada pela Construtora Norberto Odebrecht. A ponte tem tabuleiro em estrutura metálica e laje de concreto em seção celular com largura total de 24,70 m e altura de 5,50 m, comportando quatro faixas rodoviárias e uma faixa ferroviária central. A obra foi executada entre 2001 e 2006. Além do reconhecimento do próprio Hugo Chavez e do presidente Lula, que participou da inauguração no mês de novembro último, a Figueiredo Ferraz Engenharia recebeu também o Prêmio Talento Engenharia



DIVULGAÇÃO

Estrutural na categoria Obras-de-arte, promovido pela Abece-Gerdau. É a primeira vez que um projeto construído no exterior, projetado por profissional brasileiro, é reconhecido pela premiação. Essa categoria revela os profissionais que desenvolveram as melhores estruturas para projetos como pontes, viadutos, passarelas, monumentos e obras de saneamento, entre outras. O prêmio significou, segundo o engenheiro João Antonio del Nero, presidente do **Sinaenco/SP** e da Figueiredo Ferraz, mais um reconhecimento da presença da empresa e da engenharia brasileira na área de grandes obras viárias em seus 64 anos de atividade. A empresa também conquistou esse mesmo prêmio, versão 2004, com o projeto da Pista Descendente da Rodovia dos Imigrantes, em São Paulo, elaborado para a Concessionária Ecovias.

SINAENCO

Diretoria Nacional: **José Roberto Bernasconi** (presidente), **Luiz de Gonzaga Bompastor** (VP de Gestão e Assuntos Institucionais), **Antonio César Bastos** (VP de Administração e Finanças), **Roberto Lemos Muniz** (VP de Ética e Proteção à Consultoria), **João Alberto Viol** (VP de Engenharia), **José Eduardo Tibiricá** (VP de Arquitetura), **João Coelho da Costa** (VP de Ciência e Tecnologia), **Alexandre Miguel López** (VP de Relações Trabalhistas e Assuntos Intersindicais), **Antonio Othon Pires Rolim** (diretor Executivo).

Consulte é uma publicação do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva
Rua Marques de Itu, 70 - 3º andar - CEP 01223-000 - São Paulo - SP - tel.: (11) 3123-9200 - fax: (11) 3120-3629 - site: www.sinaenco.com.br - e-mail: sinaenco@sinaenco.com.br

Editora Mandarim: Silvério Rocha MTb 15.836 (jornalista responsável) e **Rodrigo Prada** (reportagem e redação)

Projeto Gráfico e diagramação: **Juca Zaramello** - Fotolitos e impressão: **Indusplan**

Tiragem desta edição: 8.500 exemplares

Eliminar entraves, para crescer

O início de novos governos, eleitos pela primeira vez ou reeleitos, é uma oportunidade preciosa para repensarmos o estado das coisas no país, especialmente naqueles pontos que vêm travando o crescimento do Brasil. O país que o presidente Lula – e os novos governadores –, assumirá pelos próximos quatro anos tem um ambiente econômico mais favorável do que no início do primeiro mandato, mas apresenta deficiências seriíssimas em pontos fundamentais, que travam o desejado crescimento do PIB a taxas de, pelo menos, 5% ao ano. Em 2006, não chegaremos aos 3% de incremento, percentual irrisório comparado aos mais de 9% de nossos concorrentes nos chamados Bric's (Brasil, Rússia, Índia e China). A intenção do presidente Lula de impulsionar o crescimento do país, ao lado da energia certamente renovada que a nova safra de governadores imporá às administrações estaduais, desempenha papel importante por sinalizar um ambiente de crescimento aos investidores nacionais e internacionais.

Mas o Brasil tem gargalos na sua infra-estrutura – em sua maioria, de amplo conhecimento público – que precisam ser atacados, sob pena de continuarmos em posições desconfortáveis nos rankings de competitividade internacional. Esses gargalos foram apontados em proposta da União Nacional da Construção (UNC), a qual tivemos a honra de apresentar em 27

de novembro, em Brasília, ao ministro Luiz Fernando Furlan, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), no âmbito do Fórum de Competitividade da Construção Civil. A proposta que apresentamos pela UNC ao ministro Furlan e aos representantes dos ministérios do Trabalho, Fazenda e Planejamento preconiza o investimento de R\$ 206 bilhões em quatro anos, em áreas vitais de nossa infra-estrutura: energia, transportes, saneamento e habitação, de interesse social e de mercado, e seus efeitos positivos em termos de desenvolvimento econômico e social.

É significativo nessa proposta que 77% desses recursos viriam da iniciativa privada, enquanto apenas 23% deles sairiam dos cofres governamentais, em rubricas já existentes, como a Cide, por exemplo. Ou seja, esta é uma proposta de grande viabilidade e que aponta para a única alternativa possível para o país: crescer, sem o que não há salvação possível. Para isso, certamente são imprescindíveis medidas firmes no sentido de iniciar as necessárias reformas estruturais – política, tributária, judiciária, trabalhista e previdenciária –, sem as quais não haverá crescimento sustentado nem sustentável. O Brasil tem investido nos últimos anos menos de 20% do PIB, dos quais menos de 1% tem origem pública e os mais de 19% restantes são de recursos privados. As reformas, criando um ambiente mais confiável

aos investimentos, podem dar novo fôlego ao governo, permitindo ampliar essa taxa a pelo menos 25% do PIB, sem gerar repiques inflacionários e com a resolução gradativa dos gargalos da infra-estrutura.

Nesse sentido, as empresas do setor de A&EC têm importante papel a desempenhar nas áreas de planejamento, estudos e projetos de arquitetura e engenharia, e de gerenciamento e supervisão técnica para oferecer à sociedade brasileira empreendimentos de melhor qualidade, sob todos os pontos de vista: técnico-econômico, social e, também, ambiental. A compatibilização entre a necessidade de implantar empreendimentos e agir com responsabilidade ambiental é dada pelos estudos e projetos elaborados com seriedade e competência, contratados a tempo, e pelos critérios de melhor técnica e preço justo, com os prazos adequados para a sua elaboração. A compreensão da natureza do relevante papel dos projetos de Arquitetura e Engenharia Consultiva ajudará o Brasil a superar os obstáculos para o desenvolvimento sustentável.

José Roberto Bernasconi
José Roberto Bernasconi,
Presidente



TRANSTO

Créditos de carbono financiam projetos limpos

Empresas brasileiras já se beneficiam do Tratado de Kyoto, assinado em 1997 e que obriga 39 países desenvolvidos a reduzir a emissão de dióxido de carbono e outros gases nocivos em 5,2% no período de 2008 a 2012. O Tratado pode envolver recursos da ordem de 1,5 bilhão de euros por ano, em projetos que reduzam as emissões de gás carbônico e contribuam para a diminuição do efeito-estufa, com recursos de países desenvolvidos, que “pagam para poluir”. Para diminuir os prejuízos causados pelo dióxido de carbono já emitido por esses pa-

íses, o Tratado criou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Para conquistar esse direito, o projeto deve ser certificado pelo Ministério do Meio Ambiente e por uma comissão específica da ONU. A partir daí, o empreendedor pode emitir os títulos, os Certificados de Redução de Emissões (CER). Exemplos brasileiros de projetos financiados, há a usina elétrica movida a biomassa, com potencial de 8 MW de energia gerada a partir da queima da casca de arroz no Rio Grande do Sul, bancada pela Holanda. A Bioheat International negociou os

créditos de carbono com a Josapar e com a Cooperativa Agroindustrial de Alegrete. E há os projetos de aproveitamento do gás metano liberado por lixões das empresas Veja (Salvador) e Nova Gerar (Nova Iguaçu, RJ) para gerar energia.

O Projeto Plantar, empresa de reflorestamento e siderúrgica, tem créditos pela troca do carvão mineral para vegetal, melhoria dos fornos de carvão pela redução da emissão do metano e reflorestamento de 23.100 ha com eucalipto, com 3,5 milhões de toneladas de carbono.

As propostas para o crescimento sustentável

O Brasil conta com a perspectiva de crescimento de 5% em 2007, meta publicamente manifestada pelo presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva em reuniões ministeriais e aos meios de comunicação. “A manifestação presidencial pelo crescimento do PIB praticamente dobrado em relação a 2006, quando devemos atingir cerca de 2,8% de incremento, é bastante positiva. Ela transmite aos agentes econômicos, principalmente aos empresários e investidores dos mais diversos setores, uma firme intenção de crescimento, favorecendo os investimentos”, avalia o presidente do Sinaenco, José Roberto Bernasconi.

A intenção do presidente da República é, por si só, positiva, mas não suficiente, ressalva o presidente do Sinaenco, fazendo coro com economistas e analistas do cenário econômico. Para crescer de forma sustentável, dizem eles, é necessário adotar medidas que incentivem os investimentos para corrigir os gargalos que emperram a economia brasileira atualmente, em infra-estrutura, nas áreas de energia e transportes, principalmente, além da adoção de reformas estruturais que permitam ao Estado brasileiro recuperar o tempo perdido em diversos segmentos.

O setor da construção civil brasileira, que depende vitalmente do crescimento da economia para também se desenvolver, resolveu sair do descompasso imposto por agendas separadas de suas entidades e criou a União Nacional da Construção (UNC). Esse movimento reúne a cadeia produtiva da construção, representada por 34 entidades de âmbito nacional e mais de 100 entidades regionais, e elaborou – em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas – uma proposta de desenvolvimento sustentado para o país, intitulada “Um Brasil melhor”, com base nos investimentos na construção civil e em infra-estrutura. A UNC entregou a



Reunião da UNC com o ministro Furlan, do Mdic, em novembro, para apresentação da proposta “Um Brasil Melhor”.

proposta em Brasília ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Luiz Fernando Furlan, em Brasília, no último dia 27 de novembro, com a presença de José Carlos de Oliveira Lima, presidente da Comissão da Cadeia da Indústria da Construção (Comcic), da Fiesp, e coordenador da UNC, e do presidente do Sinaenco, José Roberto Bernasconi, entre diversos outros membros da União Nacional da Construção.

Os objetivos da proposta da UNC incluem a inserção do Brasil, nos próximos quatro anos, entre os países considerados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, ou seja, superior ou igual a 0,800; elevar para 1,4% ao ano a taxa de crescimento da renda per capita do cidadão brasileiro, que hoje é de apenas 0,4%. Isto significa, segundo a UNC, reduzir em até quatro vezes o período necessário para dobrar a renda per capita atual; e elevar em um ano e seis me-



ses, nesse período, a expectativa de vida do cidadão brasileiro ao nascer.

Esses ideais bastante objetivos e de grande alcance social têm, ainda, metas e áreas claramente definidas de investimento para torná-los factíveis, segundo a entidade. “A UNC prioriza os investimentos em setores vitais da infra-estrutura, como transportes, energia, saneamento, habitação de interesse social e o mercado imobiliário para atingir os objetivos propostos”, explica Ber-

A economia engessada

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá ser da ordem de R\$ 2 trilhões em 2006, dos quais R\$ 810 bilhões são arrecadados na forma de impostos e taxas, representando uma carga tributária de 38%, uma das mais elevadas do mundo. Além disso, o país tem ainda um déficit de 3% do PIB, resultando em um gasto dos governos, nas três esferas (federal, estaduais e municipais) de 41% do Produto Interno Bruto. Desse total, 33% são despesas obrigatórias do setor público com áreas como saúde, educação e previdência, vinculação estabelecida pela Constituição Federal de 1988. De acordo com dados do economista da Consultoria Tendências e ex-ministro da Fazenda, Máilson da Nóbrega, “não pode dar certo uma economia que, de 1994 para cá, concedeu aumento real de 100% ao salário



Energia: um dos gargalos da infra-estrutura brasileira.



nasconi, que integra a União da Construção pelo Sinaenco. Os investimentos propostos para os próximos quatro anos, na visão dos membros da UNC, permitirão atingir as metas definidas como objetivo do programa, além de gerar outros benefícios (leia quadro à pag. 6).

Para que não se torne mais uma proposta de belo formato, mas de quase nenhum efeito prático, a UNC buscou detalhar a origem dos recursos a serem alocados. De acordo com a proposta, “constata-se que 77% dos recursos necessários para sua implementação, ou seja, R\$ 160 bilhões, farão parte de fundos privados e de outros recursos provenientes da iniciativa privada. Somente 23% dos recursos, ou seja, R\$ 46 bilhões, serão recursos públicos, dos quais R\$ 30 bilhões provenientes da Cide, o chamado imposto sobre os combustíveis”. A UNC listou algumas providências necessárias para que o programa por ela proposto possa ser colocado em prática imediatamente

pelo governo, “sinalizando para a sociedade a opção pelo crescimento significativo da economia”. Essas providências, além de definir as metas buscadas pelo projeto, visam a eliminar os gargalos que impedem ou dificultam a evolução de alguns itens propostos.

Na área de transportes, propõe-se regulamentar a constituição do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Fnit), prevista no texto original da Lei nº 10.636/02, e



BRUNO MIRANDA / FOLHA IMAGEM

A UNC propõe investir R\$ 40,8 bilhões em habitação de interesse social e R\$ 67,2 bilhões no mercado imobiliário.

que sofreu veto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse veto gerou, de acordo com a UNC, o “condenável contingenciamento de recursos arrecadados pela Cide”. No setor de saneamento, advoga-se a aprovação definitiva, na Câmara dos Deputados, da lei que institui o marco regulatório do saneamento, já aprovado em Comissão Mista do Congresso Federal.

Determinar novos critérios para a contratação de obras de saneamento e considerar como investimento, e não dívida pública, os financiamentos a projetos auto-sustentáveis nessa área; e sensibilizar o Supremo Tribunal Federal (STF) para a necessidade de definir com urgência a competência para a regulamentação dos serviços de saneamento, o que complementaria a delimitação do marco regulatório setorial. As parcerias público-privadas e as concessões exigiriam adequar as respectivas leis, a fim de permitir que as empresas privadas façam estudos e projetos de infra-

mínimo, enquanto os salários médios tiveram queda real de 20%”.

Como conseqüência dessa situação, cerca de 76% de toda a arrecadação governamental, também nos três níveis, incide sobre a produção de bens e serviços (49%, inclui INSS, PIS, Cofins, ISS), e sobre os salários (27%). Os 24% restantes são tributação sobre o capital, outros recursos, movimentações financeiras e comércio exterior. Também a burocracia e a falta de uniformidade do sistema estadual de impostos cobra seu preço: os 27 Estados brasileiros têm legislação específica, elevando os custos de empresas com atuação nacional, além de favorecer à guerra fiscal entre os Estados, prejudicial à economia como um todo.

No final de novembro último, buscando responder a essa questão, o governo federal anunciou um pacote que inclui a renúncia a

R\$ 10 a R\$ 12 bilhões em impostos em 2007, que integraria um pacote de desoneração tributária com o qual o presidente Lula prevê estimular o crescimento da economia.

Na mesma linha, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou também no final de novembro, a criação de um fundo com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para ajudar a população de baixa renda a comprar a casa própria. De R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões serão disponibilizados para o projeto, que tem como alvo a população com faixa de renda de entre um e cinco salários mínimos. O ministro não detalhou se haverá um limite para o valor do imóvel a ser comprado e nem quando será efetivada a criação do fundo. “Mas ele ainda não está com o desenho definido”, declarou à imprensa. Há iniciativas que independem de recursos, mas que podem ajudar a me-

lhorar a gestão pública, diminuindo despesas e fornecendo maior eficiência ao gasto estatal. “É preciso imprimir maior eficácia à administração pública”, advoga Eduardo Ferreira Lafraia, presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo.

Ele cita o exemplo do porto de Santos, SP, como um problema de gestão que ainda permanece, mesmo com os avanços obtidos com a concessão do porto à iniciativa privada. “O porto trabalha 24 horas por dia enquanto a Delegacia da Receita Federal ali instalada trabalha somente as 8 horas diárias regulamentares”. O déficit público dificilmente será equacionado enquanto sangradores dos recursos não forem estancados, como a Previdência, por exemplo, que envolverá gastos do Tesouro estimados em cerca de R\$ 42 bilhões em 2006, segundo a direção do INSS.



estrutura por conta e risco próprios, visando a criar um “banco qualificado de projetos”, que garanta maior agilidade e eficiência nas licitações públicas.

A destinação, no Orçamento Geral da União (OGU), de recursos em volume suficiente para atender, como subsídio, à demanda do projeto para habitação social, além de viabilizar programas para a produção em escala de novas moradias; a determinação do ajuste no orçamento anual do FGTS para os próximos quatro anos, de forma a garantir os R\$ 10 bilhões necessários à produção de novas residências; o fortalecimento



Nova ponte sobre o rio Orinoco, divisa do Brasil com a Venezuela: transportes exigem investimentos de R\$ 46,8 milhões.

da autonomia financeira e a preservação da independência política das agências regula-

doras, e o incentivo a programas de infra-estrutura e à construção de moradias, além de iniciativas de regularização fundiária e parcelamento do solo; a revisão da lei de licitações; e a criação, em conjunto com os órgãos interessados, de mecanismos que agilizem os processos de licença ambiental são outras providências consideradas fundamentais pela UNC para destravar o processo de crescimento no país. “Não há alternativa a não ser implementar essas medidas”, avalia Bernasconi. Caso contrário, diz ele, é gerar “mais um vôo de galinha, de fôlego muito curto”.

Proposta da União Nacional da Construção (UNC): “Um Brasil Melhor”

1. Objetivos:

- Incluir o Brasil, nos próximos quatro anos, entre os países considerados pela ONU “como de IDH alto”, ou seja, IDH igual ou superior a 0,800;
- Elevar para 1,4% ao ano a taxa de crescimento da renda per capita do cidadão brasileiro, que hoje é de apenas 0,4%. Significa reduzir em até quatro vezes o período necessário para dobrar a renda per capita atual.
- Elevar em um ano e seis meses, no período, a expectativa de vida do cidadão brasileiro ao nascer.

2. Como atingir estas metas?

Investindo, nos próximos quatro anos, R\$ 206 bilhões, de forma simultânea e constante, nas áreas e nos valores mínimos que se seguem, em projetos posteriormente priorizados pelo governo:

- R\$ 46,8 bilhões em transportes;
- R\$ 27,2 bilhões em energia;
- R\$ 24,0 bilhões em saneamento;
- R\$ 40,8 bilhões em habitação de interesse social;
- R\$ 67,2 bilhões em programas para o mercado imobiliário.

Transportes

- Regularizar a constituição do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Fnit), prevista no texto original da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, e que sofreu veto presidencial.

Saneamento

- Articular, com a Câmara dos Deputados, a aprovação definitiva do projeto de lei que institui o Marco Regulatório do saneamento, já aprovado em Comissão Mista do Congresso e no Senado Federal.

- Determinar novos critérios de contratação de obras de Saneamento, a fim de priorizar, além dos conceitos sociais hoje adotados, as operações que já apresentem projeto executivo, áreas liberadas juridicamente e licenciamento ambiental.
- Considerar como investimento, e não como dívida pública, os financiamentos a projetos auto-sustentáveis de saneamento.
- Sensibilizar o Supremo Tribunal Federal (STF) para a necessidade de se definir, com urgência, a competência para a regulamentação dos serviços de saneamento, o que complementaria a definição do marco regulatório.

Parcerias Público-Privadas/Concessões

- Adequar as leis de Concessões e das PPPs, a fim de permitir que as empresas privadas façam estudos e projetos de infraestrutura por conta e risco próprios. O objetivo é criar um “banco qualificado de projetos” que garanta maior agilidade e eficiência nas licitações públicas.

Habitação

- Destinar, no Orçamento Geral da União, um volume de recursos suficiente para atender, como subsídio, à demanda do projeto para habitação social.
- Definir programas que viabilizem a produção em escala de novas moradias e garantam uma relação de legalidade e formalidade com os mutuários finais, a exemplo do que ocorre no mercado privado. A nossa experiência no passado, e programas adotados atualmente por outros países em desenvolvimento, demonstram que essa é a maneira mais correta de se combater o déficit habitacional com moradias de qualidade e custos reduzidos.

Fonte: UNC

Um marco na avenida Paulista

Duas lâminas, uma horizontal e outra vertical, formam o desenho do Conjunto Nacional na avenida Paulista, edifício construído nos anos 1950 e que é um marco da arquitetura moderna em São Paulo. O projeto foi encomendado por um empresário do ramo hoteleiro, José Tjurs, ao jovem arquiteto paranaense David Libeskind, então recém-chegado à capital paulista. Em apenas dez dias, ele desenvolveu um projeto que trazia para aquela área da cidade, marcada pela hegemonia dos casarões da aristocracia cafeeira, o conceito da verticalização. A ousadia do projeto se completava na proposta de reunir comércio, serviço e moradia em um só lugar, em diálogo com a rua por meio de galerias com corredores largos, calçadas e jardins. Uma rampa em caracol levava ao mezanino e a um grande terraço ajardinado,

coberto por uma cúpula geodésica.

Inaugurado por Juscelino Kubitschek em 1958, o belo edifício com brises na fachada e piso de mosaico português viveu seu auge nos anos 1960 e início dos 1970. Atraiu artistas e personalidades para festas e eventos culturais na cobertura, onde funcionava o restaurante Fasano. Após o apogeu, sobreviveu longo período de decadência, que culminou com um incêndio em 1978. A restauração foi possível graças à ação empreendedora de uma nova administração, que assumiu o condomínio em 1984. No ano passado, o Conjunto Nacional foi tombado pelo Condephaat. David Libeskind, então com 76 anos, declarou para o jornal *O Estado de S. Paulo*: “Não esperava que o prédio fosse virar um marco para São Paulo”. De fato, com os investimentos todos concentrados no



centro, não havia como prever o crescimento da Paulista. E nem antever o sucesso de um edifício de uso misto – comercial e residencial – com um térreo funcionando como uma verdadeira área de convivência. “Usei o conceito de prédio-cidade, que hoje descobriram ser o modelo ideal para São Paulo”, manifestou o arquiteto. Saiba mais: www.ccn.com.br; www.vitruvius.com.br

REGIONAIS SINAENCO

Rumo à Paraíba

O Sinaenco/PE iniciou, pela Paraíba, um movimento de aproximação e consolidação do espaço institucional do Sindicato nos Estados que compõem a Regional (Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte). Está previsto, para o primeiro trimestre de 2007, repetir esse trabalho em Alagoas e no Rio Grande do Norte.

O marco deste processo de articulação foi o 1º Encontro Sinaenco-PE/PB, que aconteceu no dia 21 de julho, em João Pessoa (foto). A reunião, realizada no escritório sede da Arco Projetos, reuniu representantes de oito empresas paraibanas, totalizando 22 participantes. Na ocasião, Maurício Andrade, presidente do Sinaenco-PE, apresentou um breve perfil da Regional Pernambuco, falou do papel do Sinaenco Nacional e dos resultados do convênio com a entidade alemã bfz. Os empresários apontaram a necessidade de haver um representante do sindicato na Paraíba, para o qual foi escolhido o engenheiro George Cunha.

A partir desse encontro, muitas ações



Evento do Sinaenco em João Pessoa desperta interesse do setor de A&EC.

vêm sendo desenvolvidas. Buscando promover a troca de conhecimentos, o convênio Sinaenco/bfz levou a João Pessoa o alemão Martin Grambow, representante da Secretaria de Meio Ambiente da Baviera, para ministrar a palestra “Importância da Sustentabilidade na Elaboração de Projetos”, no dia 6 de outubro último, no Crea/PB. Para George Cunha, um dos objetivos dos empresários da Paraíba é exatamente ampliar o contato com as autoridades públicas. “Queremos sensibilizar o poder público sobre a necessi-

dade de melhorar o nível de qualidade dos projetos no Estado. E contamos com o apoio do Sinaenco nesse sentido”, explica ele. Atendendo ainda a uma solicitação dos empresários paraibanos quanto à capacitação na área de gestão de negócios, o Sinaenco/PE promove, nos dias 11 e 12 de dezembro, o curso *Administração Fácil para Leigos*. “Essa transferência de conhecimento e o intercâmbio com outras empresas da região e do Brasil é muito importante para nós”, avalia o representante do Sinaenco/PE na Paraíba.

Para Maurício Andrade, o momento de expansão e ocupação do espaço institucional da Regional Pernambuco não poderia ser mais propício. “Programa-se, para o Nordeste, uma série de investimentos na área da infraestrutura. As empresas precisam se organizar internamente e se fortalecer como grupo. Queremos levar esta mensagem da necessidade de agir conjuntamente em prol do setor de consultoria de engenharia e arquitetura”, esclarece Andrade.

Os vencedores do Prêmio Sinaenco 2006

O setor de arquitetura e engenharia consultiva escolheu, no 13º Prêmio Sinaenco, os profissionais e os clientes de AE&C em 2006, em votação direta pela internet, aberta às mais de 12 mil empresas associadas e filiadas ao Sindicato. Os escolhidos foram o arquiteto **José Eduardo Tibiriçá**, como Personalidade da Arquitetura; **Norma Gebran Pereira**, como Personalidade da Engenharia Consultiva; o Serviço Social do Comércio (Sesc), como Cliente da Arquitetura; e a Petrobras, como Cliente da Engenharia Consultiva.

FOTOS: TRANSETO



O arquiteto José Eduardo Tibiriçá graduou-se em arquitetura e urbanismo pela FAU/USP em 1967 e vem desenvolvendo desde então intensa atividade profissional e em defesa da arquitetura. É vice-presidente de Arquitetura do Sinaenco e também vice-presidente da Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (Asbea). O arquiteto premiado é o criador da campanha antipoluição visual, que culminou com a lei denominada "Cidade Limpa", aprovada em setembro último pela Câmara Municipal de São Paulo e sancionada pelo prefeito paulistano Gilberto Kassab. A campanha, que foi lançada em 1996, vem sendo desenvolvida em parceria com entidades da sociedade civil, como Fecomércio, Asbea, IAB e Sinaenco, entre outras.

A incansável luta pela melhoria do setor de saneamento e da engenharia consultiva brasileira

foram as principais virtudes que levaram os integrantes das empresas associadas e filiadas ao Sinaenco a escolher a engenheira Norma Gebran Pereira como Personalidade da Engenharia Consultiva. Norma é engenheira civil formada pela Universidade Federal de Goiás, com pós-graduação em hidráulica e hidrologia e foi uma das fundadoras do Sinaenco, entidade da qual foi presidente da Regional São Paulo (1994/1995 e 1996/1997) e Nacional (2002/2003 e 2004/2005). É diretora da Coplaenge Projetos de Engenharia, empresa cuja atuação principal está centrada nos setores de transporte e saneamento básico. Também foi responsável técnica por trabalhos executados pelas empresas Engconsult Engenheiros Consultores e Coplasa Engenharia de Projetos. Além de participar ativamente das diretorias do Sinaenco em todas as gestões, Norma já fez parte de entidades como Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), Instituto de Engenharia (IE) e Associação Paulista de Empresas de Consultoria em Saneamento (Apecs).

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi escolhido como Cliente da Arquitetura pela qualidade dos projetos que vem contratando ao longo das últimas décadas em seus espaços de lazer, cultura e esportes em todo o país. O Sesc já havia sido eleito como Cliente da Arquitetura na premiação em 1992, juntamente com o Serviço Nacional do Comércio (Senac).

A principal empresa brasileira e uma das mais importantes do mundo no setor de petróleo e gás, a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), é reconhecida mundialmente pela qualidade de seus empreendimentos, inclusive na área de projetos de arquitetura e engenharia, no Brasil e no exterior. Ela também já havia conquistado a láurea em 1991, voltando a ser premiada nesta edição do certame.

Mais informações: www.sinaenco.com.br



Centro de Lazer do Sesc, que se destaca pela qualidade dos projetos que contrata.



Empresa escolhida pela elevado nível de seus projetos de arquitetura e engenharia.